

REPORTAGEM ESPECIAL

PRESO CUSTA 5 VEZES MAIS QUE ALUNO NO ESTADO

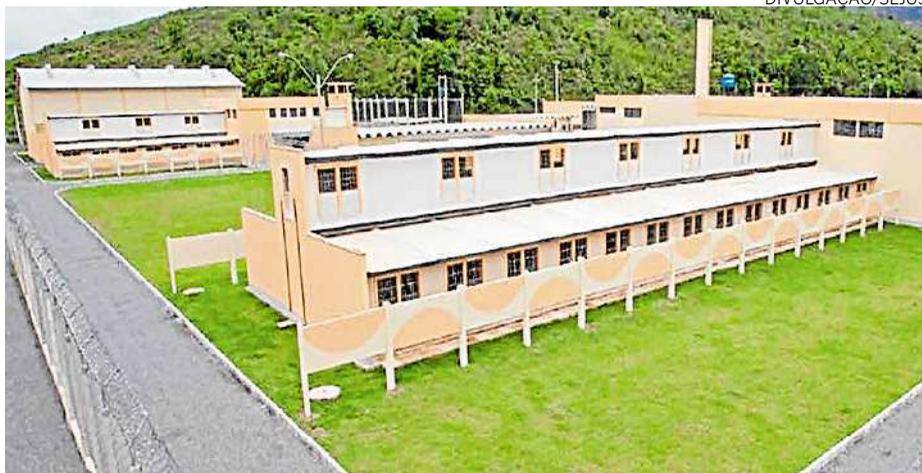
Ao mês, gasto é de R\$ 1.750 com detento e R\$ 375 com estudante

✎ **CARLA SÁ**
carla.sa@redgazeta.com.br

Um detento do sistema prisional do Espírito Santo custa quase cinco vezes mais que um aluno de escola pública da rede estadual. Enquanto, em média, são gastos R\$ 1.750 com um preso por mês, cada estudante de meio período fica por R\$ 375. A comparação pode não parecer justa na medida que são duas situações muito distintas, mas revela algo importante: gasta-se muito com prisões.

São 19.950 presos contra 256 mil alunos de ensino médio de um turno — sendo este último dado referente ao ano passado. Se a população carcerária fosse zerada, com o dinheiro seria possível custear, se necessário, outros 93 mil estudantes.

Em ambos os casos, de detentos e alunos, estão incluídos itens de alimentação, luz, energia elétrica e limpeza. Mas a diferença mora principalmente em dois pontos. O primeiro é que presídios demandam tecnologia para, por exemplo, bloqueio de celulares, detector de metais, videomonitoramento total e construções reforçadas específicas.



A penitenciária feminina de Cariacica é uma das 35 unidades prisionais do Estado

Além disso, é preciso lembrar que os detentos vivem 24 horas dentro desses espaços e devem haver insumos para mantê-los todo esse período.

O diretor de Ciências Criminais da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado (OAB-ES), Thiago Fabres, aponta que o encarceramento em massa tornou-se tendência, mas que o grande custo gerado tem muito mais a ver com a sensação de bem-estar social — equivocada impressão de segurança com criminosos fora de circulação — e com os ganhos sobre isso.

“São empresas construtoras e prestadoras de serviços, de saúde, alimenta-

ção, segurança e etc, que lucram com aprisionamento, na maioria das vezes desnecessário, uma vez que prisões significam muito dinheiro”, destaca.

Nas escolas, o investimento médio anual feito pelo Estado (R\$ 4.600 por estudante) está dentro do previsto no Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), indicador aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, que mostra o mínimo a ser gasto para garantir uma educação de qualidade. Pela atualização de 2015, no ensino médio urbano de meio período, o CAQi seria de R\$ 3.720. No rural, de R\$ 4.669.

DIFERENÇAS

O secretário de Justiça do

Estado, Wallace Pontes, explica que, apesar do cálculo médio de gastos, mesmo entre as 35 penitenciárias do Estado há diferenças.

“Há as de semiaberto, fechado e aberto. E as mais modernas, com abertura e fechamento de portas eletrônicas, sistemas com fibra ótica, bloqueador de celulares... Isso têm um custo de manutenção.”

Outra coisa que pode aumentar o custo é o local onde a penitenciária está construída e a engenharia investida. “Se for em uma região que atenda as demandas da sociedade, afastado das regiões urbanas, pode aumentar o custo de levar água e luz até lá”, detalha.

BALANÇA DE GASTOS



Fonte: Sejus e dados da Sedu (referentes a 2016)

Infografia | Marcelo Franco

ANÁLISE

Punição lucrativa

Os serviços para manter uma penitenciária são geralmente supervalorizados para beneficiar quem lucra com as prisões. Um estudo do criminologista norueguês Nils Christie diz que há uma “indústria do controle do crime”: o sistema capitalista inventou a punição lucrativa, com exploração dos serviços de

construção e manutenção dos presídios. Mas a prisão é uma instituição inútil, não realiza suas funções jurídica e política (defesa da sociedade, segurança, ressocialização). Sua função é excluir do convívio indivíduos considerados perigosos para ordem econômica e política dominante, existe para produzir a falsa sen-



sação de segurança e de que a sociedade está dividida entre “homens de bem” e “criminosos”. Deveria ser utilizada apenas em situações-limite.

—
THIAGO FABRES
DIRETOR DE CIÊNCIAS CRIMINAIS DA ESA

ANÁLISE

Mínimo para ter qualidade

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação criou um indicador, o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 2010. Ele considera condições como tamanho das turmas, salários dos professores, laboratórios, quadras e materiais didáticos. Pela atualização de

2015, no Ensino Médio urbano de meio período, o CAQi seria de R\$ 3.720 e o rural de R\$ 4.669, por ano. O CAQi não foi homologado pelo MEC, o que cria um impasse para estados e municípios, pois caberia ao governo federal a colaboração financeira para pôr em prática o custo mínimo. Professores qualificados e



boa estrutura demandam investimento, mas também planejamento e monitoramento para assegurar que impactam em melhoria da educação.

—
CLEONARA SCHWARTZ
DOUTORA EM EDUCAÇÃO

REPORTAGEM ESPECIAL

RESSOCIALIZAÇÃO

Economia com uniformes e lençóis feitos pelos presidiários

Com as peças sendo produzidas pelos próprios presos, Estado gasta três vezes menos

CARLA SÁ
carla.sa@redgazeta.com.br

Algumas ações nas unidades prisionais do Espírito Santo ajudam a tornar os presídios mais sustentáveis, de certa forma, ajudando a baratear o sistema. Mais que isso, porém, é oportunizado aos detentos aprender uma função e tornar produtivo o tempo encarcerado, entrando no processo de ressocialização dessas pessoas.

Uma das atividades é o projeto “Costurando o Futuro”, que funciona em quatro unidades, duas em Vila Velha e duas em Colatina. São pequenas fábricas de roupa com produção própria onde os presos costuram todos os uniformes, uma lista de peças que inclui camisetas, moletons, bermudas, calças e roupas íntimas e lençóis.

Com isso sendo feito, nos últimos dois anos já houve economia. “Produzimos 100% do que o sistema consome. A compra do material confeccionado no mercado custa três vezes mais caro”, diz o secretário de Justiça do Esta-



Pequena fábrica de roupas que usa a mão de obras dos presos da unidade do Xuri

do, Wallace Pontes.

A ideia é criar outros parques fabris dentro das unidades e passar a produzir o vestuário e os lençóis para outras secretarias do Estado, como por exemplo para os hospitais da Secretaria de Estado de Saúde (Sesa).

EMPRESAS ANEXAS

Também existem, anexas aos presídios, empresas de marcenaria, serralheria, sapataria, entre outras, que contam com a mão-de-obra dos presi-

COM COZINHA

95%

das penitenciárias

Com a estrutura dentro dos presídios, os próprios presos cozinham.

diários.

“Os espaços para contratação de presos são diminutos, temos que ampliar a oferta para eles e conscientizar as empresas

disso. É preciso que a gente convença as pessoas a vestirem essa ideia, pois o preconceito é grande”, destaca Pontes.

ALIMENTAÇÃO

Atualmente, 95% dos presídios do Espírito Santo contam com cozinha interna, e quem faz a comida são detentos. “É uma oferta de trabalho, assim como as lavanderias nas unidades. Já funciona como processo de ressocialização”, diz o secretário de Justiça.

CAPACITAÇÃO



“É muito importante colocar o preso trabalhando, dar uma ocupação que desperte nele o interesse em ter uma capacitação e se sentir útil”

WALACE PONTES
SECRETÁRIO DE JUSTIÇA

Pontes salienta a valia desse tipo de atividade para os encarcerados. “É muito importante colocar o preso trabalhando, dar uma ocupação que desperte nele o interesse em ter uma capacitação e se sentir útil.”

Os presos também fazem serviços de conservação das penitenciárias, como pintura e cuidados hidráulicos. “Se não tem ninguém capacitado, recorro ao sistema para capacitar alguns detentos”, explica o secretário.

No Brasil: R\$ 2.400 por recluso

A média de gastos mensais com um preso no Espírito Santo, de R\$ 1.750, é menor do que a brasileira. No país, o custo médio do detento é de R\$ 2.400, pelos dados do Ministério de Justiça.

Já em São Paulo, estado com a maior população carcerária do Brasil, para manter cada presidiário são gastos R\$ 1.400.

Um levantamento do Grupo de Estudos Carcerários Aplicados da Universidade de São Paulo (Gecap-USP), mostrou os custos no Paraná (R\$ 2.393), no Rio Grande do Sul (R\$ 1.799) e em Rondônia (R\$ 3.000). Outros estados não passaram dados.

Mas chama atenção o que o Amazonas gasta com seus presos de unidades geridas pela iniciativa privada — caso do Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), onde 56 foram mortos numa rebelião em janeiro. Cada detento custa R\$ 4.112 ao mês, segundo informações do Portal G1.

De cada três presos no Estado, um é por tráfico

O diretor de Ciências Criminais da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado (OAB-ES), Thiago Fabres, defende que no país entende-se o sistema prisional como um “castigo” e não como possibilidade de recuperação.

Ou seja, poderiam haver menos presos se isso fosse encarado de forma diferente: quase 70% da população carcerária é composta por quem praticou crimes patrimoniais (roubos e furtos) ou envolvendo drogas.

Por exemplo, dados obtidos pelo portal de notícias G1 com os governos dos Estados e com os Tribunais de Justiça, divulgados há duas semanas, mostram que, no

país, um em cada três presos responde por tráfico. No Espírito Santo, eles são 35,6% da população carcerária, segundo a Sejus.

Com a superlotação e as brigas entre facções nos presídios, o sistema entra em colapso. Recentemente, o presídio de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, e o Complexo Penitenciário Anísio Jobim, no Amazonas, foram palco de rebeliões que tiveram dezenas de mortos.

Para Fabres, o modelo para os condenados poderia ser outro que não a prisão. “Há outras possibilidades, como a chamada justiça restaurativa, que prima pela negociação, pelo diálogo entre vítima e agressor, quando possível, visando a

reparação do sofrimento da vítima, que o sistema atual ignora por completo.”

Outra possibilidade é o método da ONG Associação de Proteção e Assistência a Condenados (APAC), onde os próprios presos cuidam dos presídios. A metodologia, criada pelo advogado Mario Ottoboni em 1972, é usada em 130 cidades brasileiras e em outros países.

Nas APAC, até mesmo a segurança é feita pelos próprios presos. As celas ficam abertas e não há presença de policiais e agentes penitenciários. As instituições, que funcionam em parceria com a Pastoral Carcerária da Igreja Católica, os Estados e os Tribunais de Justiça, têm 60% de recuperação.



Presos no telhado no presídio de Alcaçuz (RN)

STF decide indenização para detento

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em sessão na última quinta-feira que presos de cadeias superlotadas ou com más condições de saúde e higiene podem ser indenizados por danos morais pelo governo.

A decisão foi proferida ao julgar recurso da Defensoria Pública do Mato Grosso do Sul contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado que, ao julgar o caso de um preso, entendeu não ser possível exigir do governo estadual indenização por danos morais devido às más condições do presídio. No caso específico, foi determinada indenização de R\$ 2 mil ao preso.